

A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)

1. INTRODUÇÃO

A avaliação da população urbana portuguesa entre o início do século XIX e a Segunda Guerra Mundial não é isenta de dificuldades. Tome-se como exemplo o nível de urbanização recentemente estimado para o século XVIII e início do século XIX¹. Aí se conclui que a população residente em centros urbanos de limiar superior a 5000 habitantes corresponderia a 15% da população do continente em dois momentos distintos, 1706 e 1801². Esta taxa de urbanização far-nos-ia emparceirar com os países europeus com um nível mais elevado de população urbana no século XVIII, como facilmente pode concluir-se da comparação com os dados fornecidos por Jan de Vries e Paul Bairoch³. Para 1800, Portugal apenas seria claramente ultrapassado pela

* Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

¹ J. V. Serrão, «O quadro humano», in A. M. Hespanha (org.), *O Antigo Regime (1620-1807), História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 63; v. também a sua contribuição para a *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 75.

² J. V. Serrão, «O quadro humano», cit., p. 63.

³ Jan de Vries, *European Urbanization, 1500-1800*, Londres, Methuen, 1984. A informação reunida por Jan de Vries constitui um esforço notável de organização de uma base empírica para o estudo do processo de crescimento urbano na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Alguma da informação estatística nem sempre é inteiramente correcta, nomeadamente para os países com uma tradição historiográfica mais débil no domínio da história urbana, como acontece para o caso português e como foi salientado para a Espanha por David Reher, *Town and Country in Pre-Industrial Spain. Cuenca, 1550-1870*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 33. O mesmo se aplica à base de dados reunida por P. Bairoch em *La population des villes européennes de 800 à 1850. Banque de données et analyse sommaire des résultats*, Genebra, 1988

Inglaterra e pelos Países Baixos e estaria a par — embora com uma ligeira desvantagem — da Espanha e dos territórios que mais tarde iriam constituir a Itália. Face a uma média europeia de 12% a 13% de indivíduos residentes em cidades com pelo menos 5000 habitantes, Portugal superaria esta taxa de urbanização em cerca de 3 pontos percentuais.

No início do século xx, em 1911, realiza-se o primeiro censo que contabiliza a população aglomerada, facultando os primeiros dados que permitem o cálculo seguro da taxa de urbanização. Avaliando o peso relativo dos habitantes em centros urbanos com mais de 5000 habitantes, encontra-se uma taxa de urbanização que não chega a atingir os 18%. Estes resultados são surpreendentes, ainda mais quando depois de refazer os cálculos para 1801, seguindo os critérios enunciados na contribuição para a mais recente *História de Portugal*, se chega a uma taxa de urbanização para 1801 ainda mais próxima da de 1911⁴. Assim, no espaço de 110 anos a população urbana portuguesa apenas teria crescido cerca de 2%.

Um rápido relance ao mapa em que estão cartografados os centros urbanos existentes em 1801 permite concluir pela existência de uma sobreavaliação da população urbana⁵. Poder-se-á aceitar a inclusão de povoações como Castelo de Vide, Torres Novas ou Eixo como sendo centros urbanos com 5000 ou mais habitantes? Uma ronda pelas corografias locais possibilitaria desde logo esclarecer algumas dúvidas. O caso de Castelo de Vide é exemplar. Nas *Taboas* de 1801 esta vila é apresentada como sendo formada por três freguesias, em que se agrupavam 1851 fogos, correspondentes a 6560 almas. Estas três freguesias tinham a esmagadora maioria do seu território em zonas rurais, não aglomeradas, onde existiam lugares e quintas que não deveriam ser contabilizados como população aglomerada.

Antes de considerar os dados de 1801 é necessário proceder a uma análise crítica dos seus limites para poderem representar a população urbana portuguesa⁶. Este esforço de recuperação dos valores da população urbana

(que teve como co-autores também J. Batou e P. Chèvre), e que sustentou o trabalho de síntese apresentado em *Cities and Economic Development: from the Dawn of History to the Present*, Chicago, University of Chicago Press, 1988.

⁴ Nos textos citados de José V. Serrão não são apresentados os valores por centro urbano, mas a partir da cartografia das cidades existentes em 1801 (mapa II, p. 76) e da sua comparação com os valores publicados nas *Taboas Topográficas e Estatísticas (1801)* (in *Subsídios para a História da Estatística em Portugal*, vol. II, Lisboa, INE, 1945) é possível aceder às escolhas que foram realizadas na selecção dos centros urbanos, podendo refazer-se os cálculos efectuados. A taxa de urbanização que encontrei seria ligeiramente superior a 16%, o que a aproximaria ainda mais dos valores encontrados mais de um século depois. Esta, aliás, é a taxa apresentada por P. Bairoch para Portugal em 1800 (*ob. cit.*, p. 221, quadro n.º 13.4).

⁵ V. o mapa II, já citado, de *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 75.

⁶ Esta abordagem será baseada na rede urbana do continente português.

portuguesa à entrada do século XIX é, simultaneamente, o inventário das dificuldades que se colocam ao historiador do crescimento urbano em períodos anteriores aos modernos recenseamentos da população para calcular uma medida estatística tão elementar como é a percentagem da população urbana relativamente ao total da população. Este será o objectivo da secção seguinte. Seguidamente, este artigo procurará estabelecer a evolução da população residente em cidades entre 1800 e 1940 e as características do sistema urbano português ao longo deste período. Um particular realce será dado ao lugar ocupado por Lisboa no conjunto das cidades portuguesas, discutindo as formas assumidas pela relação primacial da maior cidade com o conjunto do sistema urbano. A aparente imutabilidade dessa relação de macrocefalia é aqui abordada. Por último, destacam-se as características da evolução do sistema urbano português, particularmente ao longo do século passado. Alvo de importantes mudanças — que importa sublinhar, em contraste com sínteses recentes que acentuam a sua quase imutabilidade —, a configuração do sistema urbano português não sofreu, no entanto, o impacto da arquitectura administrativa introduzida pelo liberalismo.

2. PROBLEMAS METODOLÓGICOS NA DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

A abordagem do crescimento demográfico das cidades coloca vários problemas, que podem ser resumidos em três tópicos: a definição do limiar da realidade urbana, a determinação da população aglomerada e o controle dos factores de sobrevalorização do crescimento urbano⁷.

A definição do limiar a partir do qual se passa a considerar um aglomerado populacional como uma cidade é um tema comum nos estudos sobre o crescimento urbano. Ao determinar-se um limiar de selecção em função de uma dada dimensão da população aglomerada, mais não se está do que a considerar que existe uma elevada probabilidade de as funções de tipo urba-

⁷ Este inventário dos problemas no cálculo da população urbana deve muito à sistematização operada por um artigo exemplar de Jan de Vries, «Problems in the measurement, description and analysis of historical urbanization», in A. van der Woude *et al.* (eds.), *Urbanization in History: A Process of Dynamic Interactions*, Oxford, Clarendon Press, 1990, pp. 43-61. V. também N. J. G. Pounds, *An Historical Geography of Europe, 1800-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, pp. 127 e segs. Para o caso português, v. as reflexões expressas por Orlando Ribeiro, «Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas», in *Finisterra*, vol. 7, n.º 4, pp. 64-75, Jorge Gaspar, «Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental», in *Finisterra*, 1975, vol. 19, n.º 10, pp. 107-152, António Lopes Vieira, «Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 105-128, e Teresa Salgueiro, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Lisboa, Afrontamento, 1992, pp. 27 e segs.

no (administrativas, económicas ou religiosas, por exemplo) se encontrarem a partir de certa aglomeração da população. O conceito de urbanização formulado por Charles Tilly num dos capítulos iniciais da obra que dedicou à *Vendeia*, permitindo uma extensa comparabilidade no espaço e no tempo, estabelece o desenvolvimento urbano como o resultado da concentração de funções em aglomerações populacionais. A urbanização é entendida como o produto da coordenação de actividades em larga escala, sejam elas de tipo administrativo — como as que eram exigidas pelo controle da irrigação nas civilizações pré-clássicas do Próximo Oriente —, religioso — como as que resultaram da criação de instituições clericais especializadas e autónomas — ou económico — dizendo respeito, por exemplo, à concentração das actividades mercantis⁸. Como resultado desta concentração de funções — inevitável quando se iniciam ou expandem actividades de coordenação em grande escala —, três efeitos se fazem sentir: a diferenciação funcional, que abrange quer os aspectos relacionados com a divisão do trabalho, quer os que se ligam à diferenciação social, com a correspondente padronização de comportamentos ou formas de organização, a mudança na qualidade das relações sociais e, por último, «a concentração da população nos pontos de coordenação e controle da actividade em larga escala»⁹, consequência que aqui sobretudo nos interessa. A concentração da população em aglomerados urbanos, que se diferenciam de outras localidades pelas suas funções, artefactos e modos de vida, é, pois, quer um efeito do processo de urbanização, quer um meio de determinar o grau de complexidade atingido pelo sistema urbano de uma sociedade. Através do cálculo de valores agregados da concentração da população em cidades tem-se uma panorâmica do nível de urbanização alcançado. Pela análise das inter-relações existentes entre centros urbanos (a sua hierarquia ou a sua distribuição funcional) é possível aceder a uma compreensão mais nítida da estruturação da rede urbana.

Um dos principais problemas no estudo dos efeitos do processo de urbanização na concentração de população será sempre o do grau de inclusão dos centros urbanos mais pequenos que, embora tendo funções urbanas mínimas, podem encontrar-se aquém do limiar de população predefinido. Por outro lado, este limiar não é imutável nem pode ser transponível para longos períodos. A eventual solução para qualquer destas limitações seria a de considerar diferentes limiares do urbano ao longo do tempo, de acordo com

⁸ Charles Tilly, *The Vendée*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1964, pp. 16-20.

⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 17. Também para Marcel Roncayolo a noção de cidade implica a aglomeração de população, no sentido de que, a este respeito, pode falar-se de concentração de habitat e de actividades, de actividades que — distinguindo-se da exploração directa do solo — conduzem à especialização e ao aumento e enquadramento das trocas, de um modo de vida e formas de sociabilidade diferenciadas e, por último, de um diferente enquadramento dos espaços e dos objectos (M. Roncayolo, *La ville et son territoire*, p. 27).

a definição de qual a população aglomerada que daria origem a centros urbanos, ou ainda a possibilidade de adicionar aglomerados populacionais que, mesmo não atingindo o limite demográfico mínimo, fossem considerados como exercendo indubitavelmente funções urbanas¹⁰.

Neste estudo sobre o sistema urbano português entre 1801 e 1940 foi escolhido o limite mínimo de 5000 habitantes como porta de selecção para um aglomerado populacional ser considerado urbano. Baixo a partir do início do presente século, pode igualmente ser considerado relativamente elevado para incluir alguns centros urbanos no início do século XIX. Tem, no entanto, a vantagem de permitir uma ampla comparabilidade internacional dos elementos estatísticos coligidos e de reunir a esmagadora maioria dos centros urbanos do ponto de vista funcional durante o período analisado. A análise da distribuição da população urbana por diferentes classes de centros urbanos (5000 a 10 000, 10 000 a 40 000 ou mais de 40 000 habitantes) permite uma visão mais nítida do crescimento da população residente nas cidades entre aquelas datas e do lugar ocupado por Lisboa no sistema urbano.

O segundo problema que pode ser encontrado no cálculo da população urbana diz respeito à definição da população aglomerada, conceito essencial para o estudo da urbanização, como bem o acentuava há quase um século Adna Weber¹¹. Como foi referido na introdução, só existem informações censitárias sobre a população aglomerada a partir de 1911. Até então os valores sobre a população usam a freguesia como unidade de agregação elementar, o que se reflecte de dois modos na sobrevalorização da população urbana: pela ampliação da população de centros urbanos que, embora tendo mais de 5000 habitantes, são indevidamente acrescidos pela inclusão entre os seus moradores de indivíduos residentes em áreas rurais das freguesias; pelo aumento desmesurado da população de determinadas localidades, fazendo-as alcançar o limiar dos 5000 habitantes, o que dita a sua selecção como centros urbanos.

Dois exemplos referentes ao numeramento de 1801 permitem elucidar os reflexos desta situação¹². O numeramento assinala para o concelho de Ovar a residência de quase 11 000 pessoas, o que transformaria esta localidade numa das mais importantes cidades do país, com uma população próxima da

¹⁰ Por exemplo, poder-se-iam considerar cidades no Portugal oitocentista todas as sedes de distrito, mesmo quando não atingissem o limiar de 5000 habitantes (Maria Ioannis Baganha, «Migration and urbanization in Portugal at the turn of the nineteenth century», in *European Cities and Their Peoples*, Amsterdão, 1992).

¹¹ Adna F. Weber, *The Growth of Cities in the Nineteenth Century. A Study in Statistics*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1899, pp. 5-11.

¹² Deixo de parte aqueles casos mais evidentes, em que está a considerar-se população aglomerada um conjunto de localidades por deficiente identificação das freguesias que faziam parte da sede do concelho, como é o caso de Castelo de Paiva, Castelo de Vide ou Eixo.

de Évora. No entanto, o própria fonte elucida-nos que toda a área do concelho está abrangida por uma única freguesia, cujos habitantes somam os cerca de 11 000 indivíduos atrás referidos. As corografias oitocentistas confirmam esta situação e monografias realizadas por historiadores locais permitem corroborar a margem de erro existente quando se toma em consideração o conjunto dos habitantes da freguesia como representando a população aglomerada. A margem de erro assinalada é de cerca de 30%¹³, o que faz descer substancialmente a população deste aglomerado e o situa ao nível dos pequenos centros urbanos portugueses existentes por esta data. Outro caso de sobrevalorização da população urbana — este como exemplo da inclusão de localidades como centros urbanos, quando a sua população estava longe de atingir o limiar dos 5000 habitantes — pode ser encontrado no exemplo de uma das povoações algarvias que, de acordo com uma leitura superficial dos dados do numeramento de 1801, teriam atingido os 5000 habitantes. Loulé é o caso mais flagrante¹⁴, mas também Tavira constitui um caso exemplar desta forma de sobrevalorização da população urbana, que selecciona povoações que, afinal, estão longe de alcançarem os 5000 habitantes. Tavira é apontada como podendo ser incluída no grupo das cidades com mais de 5000 residentes mercê dos quase 7000 indivíduos que residem nas duas paróquias que eram consideradas freguesias urbanas em 1801: Santiago e Santa Maria. Só que estas duas paróquias — particularmente Santa Maria — têm grande parte do seu território fora do perímetro aglomerado de Tavira, onde se situam várias aldeias, lugares e casais isolados¹⁵. O somatório da área das duas freguesias constitui quase metade do espaço administrado por todo o concelho de Tavira até 1836. Não espanta, pois, que se estime a população aglomerada de Tavira em menos de 4000 indivíduos, ficando, por isso, aquém do limiar de 5000 habitantes.

Relativamente ao numeramento de 1801, a segunda possibilidade de erro é a mais frequente, responsável pela inclusão de mais 15 centros urbanos, que fariam aumentar a população urbana em cerca de 85 000 indivíduos, o dobro da população do Porto (segunda maior cidade) e perto de metade dos

¹³ A percentagem das casas existentes nas áreas exteriores à vila de Ovar atingia os 33%, valor que é sugerido por um levantamento do número de prédios existentes na freguesia em 1868, em que se assinala que no interior da vila existiriam 2000 das 3000 casas que estavam incluídas na freguesia (Alberto de Sousa Lamy, *Monografia de Ovar*, Ovar, 1977, p. 57). Tal corresponde, sensivelmente, à proporção de 39% para o número de habitantes que não residiam na vila, que é possível contabilizar no censo de 1911.

¹⁴ Em Loulé foram contabilizados cerca de 7000 habitantes residentes na freguesia em 1801. No entanto, a grande maioria destes habitantes viviam na zona rural, residindo no interior da vila menos de 25%, o que fazia com que a população aglomerada desta localidade não atingisse os 2000 habitantes.

¹⁵ Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o Seu Termo*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993, pp. 12-14.

habitantes de Lisboa¹⁶. A solução encontrada é a única que pode impedir o cálculo de uma população urbana desmesurada. Utilizaram-se os dados do censo de 1911 que indicam a população aglomerada e a população por freguesias para cada localidade e calculou-se a proporção do primeiro valor relativamente ao segundo. Em seguida, com o recurso a informações corográficas ou a monografias locais, procurou-se descobrir o grau de verosimilhança dos resultados da aplicação deste quociente para calcular a população urbana relativamente a três momentos anteriores a 1911 (1801, 1864 e 1890), prestando uma particular atenção à evolução paroquial¹⁷. O artificialismo do cálculo da população das cidades e da selecção dos aglomerados com pelo menos 5000 residentes é evidente. Os resultados parecem credíveis quando se tomam em consideração múltiplas informações, desde as esparsas notas sobre a população que podem ser encontradas em monografias locais até à observação do espaço físico ocupado pelos diferentes centros urbanos ao longo do tempo e à sua comparação com o território das freguesias que neles tinham a sua sede.

O terceiro problema só parcialmente tem a ver com as fontes de informação disponíveis. Mesmo que não existissem quaisquer dificuldades no acesso aos valores da população aglomerada, uma análise diacrónica do crescimento urbano assente no cálculo da taxa de urbanização corre ainda o risco de estar a sobrevalorizar o aumento da população residente em cidades. Um primeiro factor de erro reside na mudança dos limites administrativos das localidades. Nessas ocasiões ocorreria um aumento artificial da população urbana. O segundo factor de empolamento conjuntural da população urbana resulta da constituição de um limiar que estabelece a entrada de um aglomerado populacional na categoria dos centros urbanos. O crescimento global da população de um país ou de uma região leva a que certos aglomerados populacionais

¹⁶ O acréscimo da população urbana derivado do maior número de habitantes em localidades com 5000 ou mais moradores cifrar-se-ia apenas em 25 000 indivíduos. A margem de erro estimada na avaliação da população urbana portuguesa por esta época situava-se em 110 000 habitantes.

¹⁷ Os resultados foram exaustivamente testados ao nível das freguesias. A divisão paroquial foi alterada ao longo dos mais de cem anos considerados, mas processou-se quase por completo pela fusão de freguesias. Tomaram-se as freguesias assinaladas como pertencendo a cada localidade em 1801, 1864 e 1890. Compararam-se seguidamente com as freguesias existentes em 1911 para os mesmos locais, tentando identificar as mudanças entretanto ocorridas. Seguiu-se depois a trajectória de cada localidade cujo somatório dos habitantes das freguesias alcançasse os 5000 habitantes em corografias e monografias locais, procurando as seguintes informações: dados sobre as alterações da configuração das freguesias, cartografia para o período em análise ou qualquer informação sobre a população. Um método idêntico foi utilizado por Ana Bela Nunes em *A Rede Urbana Portuguesa e o Moderno Crescimento Económico*, tese compl. de doutoramento, Lisboa, ISE, 1989, ao aplicar o quociente de 1911 aos dados censitários de 1890, embora sem o estender a censos anteriores nem utilizando as descrições corográficas.

ultrapassem esse limiar e passem a fazer parte da população urbana, produzindo um aumento artificial do ritmo de urbanização. A ultrapassagem destes problemas só é possível através da adopção de um maior rigor na análise dos resultados obtidos, assim como pela introdução de outros métodos de análise do processo de crescimento urbano que complementem a taxa de urbanização.

3. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

A revisão dos cálculos da taxa de urbanização ao longo do século XIX coloca Portugal num nível de urbanização muito mais próximo da média europeia. Paul Bairoch assinala uma taxa de urbanização para o conjunto dos países europeus de cerca de 12% para 1800, usando os valores para esta data recolhidos na sua extensa base de dados da população das cidades europeias com 5000 ou mais habitantes¹⁸. Uma estimativa indirecta da população dos centros urbanos europeus com uma população na faixa entre 5000 e 10 000 habitantes, a que se juntavam os dados recolhidos para as cidades com 10 000 ou mais habitantes, permitiu a Jan de Vries concluir que a taxa de urbanização europeia se cifraria pela mesma época em 13%¹⁹. Ainda segundo de Vries, uma das zonas mais urbanizadas da Europa (compreendendo a Inglaterra, o País de Gales e a Holanda) — a que se juntavam zonas de urbanização média (França, Saxónia, Prússia e a margem esquerda do Reno) e zonas de fraca urbanização (Escandinávia) — tinha em 1800 uma taxa de urbanização de 14%, apenas mais 2 pontos percentuais do que o valor calculado para Portugal na mesma época (quadro n.º 1). A França apresentava uma taxa de urbanização de 12,5% pela mesma época, semelhante, portanto, à taxa portuguesa, ao passo que os territórios que mais tarde vão formar a Alemanha surgiam com uma taxa de 9,4%, quase 3 pontos abaixo do nível alcançado por Portugal²⁰. É, pois, um nível de urbanização semelhante à média europeia aquele que Portugal apresentava no início do século XIX, não estando entre os países mais urbanizados e colocando-o mesmo abaixo dos limiares alcançados pela vizinha Espanha ou pelo conjunto dos territórios da Península Itálica²¹.

¹⁸ Paul Bairoch, *Cities and Economic Development*, cit., quadro n.º 13.4, p. 221.

¹⁹ Jan de Vries, *European Urbanization*, quadro n.º 4.14, p. 76

²⁰ Id., *ibid.*, pp. 54-57.

²¹ Em ambos os casos a taxa de urbanização estaria ao nível dos 18% da população (P. Bairoch, *Cities and Economic Development*, quadro n.º 13.4, p. 221). Os dados sobre a população urbana espanhola apresentados por David Reher (*Town and Country in Pre-Industrial Spain*, pp. 33 e segs.) assinalam valores muito mais elevados, rondando os 24%. Duas áreas de elevada urbanização, assente numa densa rede de centros urbanos de pequena, média e mesmo grande dimensão, surgem no país vizinho: a orla mediterrânica entre as actuais províncias de Múrcia e Catalunha e a Andaluzia.

**Taxas de urbanização em Portugal e distribuição
da população urbana (1801-1940)**
(em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

Anos	Taxa de urbanização		Distribuição da população urbana				
	Agl. 5000 +	Lisboa	< 10 000	10 000-40 000	Porto	Lisboa	Total
1801	12,1	6,6	21	12	12	55	100
1864	11,8	5,3	27	9	19	45	100
1890	14,7	6,4	21	14	21	44	100

Fontes: *Taboas Topographicas e Estatisticas* (1801), recenseamentos da população (1864-1940).

Para além de esta reavaliação da taxa de urbanização em Portugal permitir uma inserção porventura mais adequada no contexto da urbanização europeia, possibilita igualmente uma análise distinta da evolução do crescimento da população urbana ao longo do período estudado²². Em primeiro lugar, a comparação entre as taxas de urbanização em 1801 e 1864 não revela a desurbanização acentuada que teria sucedido se tivéssemos valores da população urbana na ordem dos 16% para o primeiro momento. Existe um ligeiro decréscimo da população residente em centros urbanos com 5000 ou mais habitantes, mas apenas de -0,3%, que parece muito mais adequado à estagnação do crescimento urbano (ou mesmo à diminuição da população de algumas cidades)²³ que terá acontecido durante os mais de sessenta anos que medeiam entre as duas radiografias censitárias do que apontar para quedas de 4 pontos percentuais.

A segunda conclusão, que deriva da observação dos valores da taxa de urbanização, salienta o seu crescimento moderado entre 1864 e 1911, atingindo-se à entrada do nosso século os níveis de urbanização apresentados por J. V. Serrão para cem anos antes. O que teria sido uma taxa de urbanização francamente acima da média em 1800 revela-se, em contrapartida, à entrada do século xx, entre os valores mais baixos da Europa²⁴. Sinal inequívoco do fraco crescimento da diferenciação funcional da economia portuguesa,

²² Os aspectos relacionados com o peso de Lisboa face à população portuguesa, tal como a distribuição da população urbana pelos diferentes grupos de cidades, visíveis no quadro n.º 1, serão abordados mais adiante.

²³ É este período que coincide com o ligeiro decréscimo da população de Lisboa referenciado atrás.

²⁴ P. Bairoch, *Cities and Economic Development*, quadro n.º 13.4, p. 221.

corolário de um modesto desenvolvimento da industrialização, que não daria origem à concentração da população em centros urbanos, seguindo os ditames das teorias de modernização e de modelos de desenvolvimento como os esboçados por Kuznets. Ou — a existir essa diferenciação funcional, assente nomeadamente no crescimento das actividades industriais —, ela não se reflectiria sobretudo na aglomeração da indústria em centros urbanos que polarizassem o aumento da população, mas assumiria um padrão marcado pela grande dispersão territorial²⁵. É esta a razão para algumas incongruências quando se funda a análise da relação entre urbanização e diferenciação funcional na co-variação estatística entre a estrutura de actividades da população activa e os níveis de urbanização. Se a indústria é pouco concentrada, mas constitui o modo de vida de parte significativa da população, isso fornece fracos índices de co-variação com a percentagem da população urbana (caso dos distritos de Braga, Viana do Castelo ou Aveiro). De modo inverso, em regiões com formas de povoamento que privilegiam a concentração da população (Portugal mediterrânico), mas em que as actividades são esmagadoramente do sector primário, então a co-variação entre urbanização e indústria pode ter, inclusivamente, um pendor negativo²⁶.

A última conclusão que importa retirar do quadro n.º 1 realça uma maior aceleração do crescimento urbano entre 1911 e 1940, em que, finalmente, se duplica o nível de urbanização atingido em 1800. Do ponto de vista puramente demográfico, um factor jogaria no sentido de suscitar o acréscimo da população nos centros urbanos nacionais: a partir do início dos anos 30, a emigração tinha recuado de níveis elevados — atingidos nomeadamente entre 1911 e 1914 e após o final da Primeira Guerra Mundial até 1930 — para valores positivos de migração líquida ao longo da década de 30²⁷. No

²⁵ V., a este propósito, o modo como em dois textos se interpreta o crescimento urbano durante o período e se relaciona este com o crescimento económico: Ana Bela Nunes, *ob. cit.*, e João Peixoto, «O crescimento da população urbana e a industrialização em Portugal», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1987, n.º 22, pp. 101-114. Numa expressão feliz, João Peixoto considera que o baixo nível de urbanização existente em Portugal à entrada do século XX «em parte revela, em parte esconde, o nível de desenvolvimento da sociedade portuguesa» (p. 112). Revelador da fraca industrialização, obnubila as características territoriais das actividades industriais instaladas, em que parte continuava a conviver com o mundo rural, não se traduzindo numa concentração da população em grandes aglomerados. Sobre as relações entre industrialização difusa e urbanização difusa, v. Jorge Gaspar e Chris Jensen-Butler, «Social, economic and cultural transformations in the Portuguese urban system», in *International Journal of Urban and Regional Research*, 1992, vol. 16, n.º 3, pp. 442-461.

²⁶ Cf. Ana Bela Nunes, *ob. cit.*, e «Portuguese urban system, 1890-1991», in P. T. Pereira e M. E. Mata (eds.), *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City. Lisboa, 1890-1990*, Boston, Kluwer, 1996, pp. 16-18.

²⁷ Cf. os dados sumariados por Custódio Conim, *Portugal e a Sua População*, II, Lisboa, Alfa, 1990, gráfico I, p. 16, J. Costa Leite, «A emigração portuguesa: a lei e os números», in *Análise Social*, 1987, n.º 97, e Maria Ioannis B. Baganha, «Uma imagem desfocada — a emigração portuguesa e as fontes sobre emigração», in *Análise Social*, n.ºs 112-113, pp. 723-739.

entanto, mesmo então o nível de urbanização continuava a ser baixo num país em que até 1950 a população rural continuava a crescer em termos absolutos²⁸.

Em suma, o cerca de século e meio que decorre entre 1801 e 1940 assinala uma queda da posição de Portugal no que poderíamos considerar o *ranking* da urbanização europeia. No início do século passado Portugal estava entre os valores médios de urbanização: a par da França ou da Prússia, por exemplo, mas com uma maior proporção de população urbana do que a Escandinávia ou a Áustria. Um século depois Portugal apresentava níveis de urbanização que já tinham sido ultrapassados pela esmagadora maioria dos países europeus ao longo do século XIX.

O modo como se efectuou o crescimento urbano ao longo deste período pode ser melhor entendido se se abandonar a análise centrada unicamente na taxa de urbanização e introduzirmos outros indicadores. Procura-se agora medir a capacidade de atracção evidenciada pelos centros urbanos, relativamente ao crescimento da população portuguesa observado entre 1801 e 1940, de acordo com as sugestões efectuadas por Jan de Vries. Para tal calculou-se o quociente de urbanização entre diferentes anos, utilizando a seguinte fórmula²⁹:

$$Q = [(U_2 - U_1)/(P_2 - P_1)] / (U_1/P_1)$$

em que P é a população total e U a população urbana.

Nas palavras de Jan de Vries, trata-se de «transmitir o sucesso relativo do sector urbano em atrair o crescimento da população conseguido ao longo de um período de tempo»³⁰. Quando o quociente é igual a 1,0, a população urbana e a população total cresceram a ritmos idênticos, o que significa que a taxa de urbanização não se alterou entre os dois momentos analisados. Se for superior àquele valor, então a capacidade das cidades de participarem no

²⁸ V. no quadro n.º 1.4 apresentado por T. Salgueiro (*ob. cit.*, p. 42) as linhas relativas aos períodos a partir de 1911. Na década de 50 ainda existe o acréscimo de algumas dezenas de milhares de habitantes nas zonas rurais, apesar da diminuição continuada do seu peso relativo. Só a partir da década de 60 se inaugura a diminuição do número absoluto da população residente em áreas rurais. O ligeiro acréscimo evidenciado a partir de 1970 tem raízes conjunturais: retorno de emigrantes e de nacionais residentes nos territórios africanos que se tornaram independentes. Como medida de comparação assinala-se que na Inglaterra a população rural já não estava a crescer em termos absolutos desde o censo de 1851 [cf. dados apresentados por H. Carter, «Towns and urban systems, 1730-1914», in R. A. Dodgshon e R. A. Butlin (eds.), *An Historical Geography of England and Wales*, 2.ª ed., Londres, Academic Press, 1990, quadro n.º 14.1, p. 403].

²⁹ Jan de Vries, *art. cit.*, pp. 46-47.

³⁰ Jan de Vries, *ibid.*, p. 47.

crescimento demográfico foi maior do que a do conjunto do território, aumentando o nível de urbanização. Se for inferior a 1,0, tal demonstra o insucesso do sector urbano em drenar o crescimento populacional, traduzindo-se numa diminuição da taxa de urbanização. Em última análise, é uma forma de medir, de um modo sintético, o diferencial entre o ritmo de crescimento da população portuguesa do continente e o da população residente nas áreas urbanas. As características desta medida permitem igualmente que ela seja aplicada a diferentes limiares urbanos. Os resultados são apresentados no quadro n.º 2.

Quocientes de urbanização em Portugal (1801-1940)

[QUADRO N.º 2]

Períodos	Todos os centros urbanos	< 10 000 habitantes	10 000-40 000 habitantes	Porto	Lisboa
1801-1864	0,9	2,0	0,1	3,3	0,2
1864-1890	2,4	0,7	6,6	3,2	2,1
1890-1911	2,3	3,6	0,9	1,7	2,4

Fontes: *Taboas Topographicas e Estatisticas* (1801), recenseamentos da população (1864-1940).

Ao longo dos três períodos em que se observa o aumento da taxa de urbanização (períodos após 1864) não se nota qualquer transformação significativa na capacidade dos centros urbanos de passarem a participar muito mais activamente na drenagem do crescimento demográfico (quadro n.º 2, coluna 2). Com excepção do período entre 1801 e 1864, em que o quociente de 0,9 revela que a população urbana portuguesa estava a crescer a um ritmo inferior ao conjunto da população metropolitana³¹, nos três períodos seguintes o quociente de urbanização é superior a 1, mas mantém-se num nível sensivelmente idêntico até 1940. O que reflecte tal circunstância? Um processo de crescimento urbano gradual, sem rupturas, até às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Durante este período as taxas de crescimento no sector urbano foram sensivelmente o dobro das observáveis no conjunto da população portuguesa³².

³¹ Este fraco ritmo de crescimento é visível na própria taxa de crescimento evidenciada: 0,43% ao ano para o conjunto da população do continente, contra 0,39% para a população das cidades.

³² As taxas de crescimento médio anual da população portuguesa foram de 0,76%, 0,83% e 0,90%, respectivamente para os períodos de 1864-1890, 1890-1911 e 1911-1940. Em contrapartida, os aglomerados com pelo menos 5000 habitantes estavam a crescer a taxas de 1,60%, 1,73% e 1,96% ao ano.

Porém, esta imagem de evolução gradual do crescimento urbano em Portugal entre 1864 e 1940 é ilusória. O acréscimo da população residente nas cidades não decorreu por igual ao longo dos vários níveis do sistema urbano português, como pode ser observado no desdobramento dos centros urbanos por diferentes limiares de população, que é apresentado nas restantes colunas do quadro n.º 2.

Existem dois períodos (1864-1890 e 1911-1940) em que se evidencia um crescimento urbano particularmente intenso dos centros urbanos no patamar entre os 10 000 e os 40 000 habitantes, que podemos considerar o grupo intermédio no sistema urbano português. Pelo contrário, entre 1801 e 1864 perdem população (valor não apenas inferior a 1,0, mas negativo), enquanto no terceiro período (1890-1911) não conseguem crescer ao ritmo do conjunto da população portuguesa da metrópole.

Os períodos de mais intenso crescimento da classe intermédia de cidades coincidem com momentos em que os centros urbanos de menor dimensão revelam uma incapacidade para crescerem a um ritmo semelhante ao do conjunto da população urbana. Entre 1864 e 1890 o crescimento dos pequenos centros urbanos é mesmo menor do que a taxa de crescimento médio anual do conjunto da população residente no continente, enquanto as cidades de média dimensão crescem a uma das taxas mais elevadas: 3,5% ao ano. Isto reflecte-se num quociente de urbanização elevado (6,6), que contrasta com o quociente de urbanização inferior a 1,0 observado para as cidades com menos de 10 000 habitantes. Paralelamente, observa-se também uma alteração do peso relativo destas duas classes de cidades na estrutura urbana portuguesa (cf. dados do quadro n.º 1). Notam-se movimentos sucessivos de aumento e recuo da percentagem da população urbana portuguesa que reside em centros de reduzida dimensão ou em cidades intermédias. Por exemplo, entre 1801 e 1864, num período em que as cidades com menos de 10 000 habitantes tiveram um quociente de urbanização superior ao do conjunto do sector urbano — contrastando com o quociente de urbanização negativo nas cidades em que residiam entre 10 000 e 40 000 indivíduos —, a percentagem da população urbana residente nas pequenas cidades passou de 21% para 27%. Simultaneamente, a população nas cidades intermédias passava de 12% da população urbana para 9%. No período seguinte o movimento é inverso.

Ao contrário daquilo que se observa para os centros urbanos destas duas classes (com menos de 10 000 e entre 10 000 e 40 000 habitantes), a evolução das duas maiores cidades não parece ser antagónica com o movimento de qualquer outro dos patamares da estrutura urbana. O Porto cresce fortemente ao longo do século XIX, continuando um processo de aumento da sua população que se vinha evidenciando desde o século anterior. Passou pelo crescimento da capital do Norte e também pelo aumento da população residente nos pequenos centros urbanos a possibilidade de manter o nível de urbanização em

valores sensivelmente idênticos ao longo dos dois primeiros terços do século XIX³³. Este é um período de importante industrialização da cidade — nomeadamente na primeira metade do século —, embora com características dispersas, assentando em unidades fabris de pequena e média dimensão³⁴. É também uma fase de duplicação do peso relativo do comércio de exportação que passa pelo Porto, em detrimento da importância assumida até então por Lisboa: de 21% das exportações canalizadas pela alfândega do Porto em 1800-1802 passa-se em 1854 para uma percentagem de cerca de 45%³⁵. A partir de 1890 o quociente de urbanização da cidade do Porto reduz-se e passa a ser inferior ao alcançado no conjunto das cidades. O seu crescimento não mais será fundamental para a subida do nível de urbanização português, ao contrário do que tinha sucedido até ao último terço do século passado.

O quociente de urbanização de Lisboa entre 1801 e 1864 revela as tendências dificuldades por que passou a cidade ao longo do período³⁶. O seu papel como capital e como centro do comércio que se efectuava com os seus domínios tinha sido posto em causa com a saída da Corte para o Brasil no final de 1807, na altura em que o exército de Junot entrava em território português. A abertura dos portos brasileiros ao comércio directo com outros países no dia imediato à chegada da família real não podia deixar de ter um impacto enorme numa cidade que detinha nas relações mercantis com as possessões do império uma importância desproporcionada relativamente às outras cidades portuárias³⁷. Os anos que se seguiram à revolução liberal de 1820 também não foram de molde a propiciarem o crescimento da população

³³ O quadro n.º 3 destaca precisamente o peso assumido pelo contributo do Porto e das cidades com menos de 10 000 habitantes, que à sua conta foram responsáveis por cerca de 90% do crescimento da população urbana entre 1801 e 1864. Mesmo assim, este aumento ficou aquém do acréscimo da população nas localidades rurais e semiurbanas, explicando a diminuição da população urbana de 12,1% para 11,8% entre os mesmos anos (quadro n.º 1).

³⁴ D. Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*, Lisboa, Vega, s. d., vol. II, pp. 147-150.

³⁵ Id., *ibid.*, p. 151.

³⁶ Esta trajectória tem sido, por vezes, atribuída à má qualidade das fontes de informação, existindo mesmo alguma desconfiança quanto à possibilidade de os valores encontrados através dos censos disponíveis na primeira metade do século XIX traduzirem o perfil da evolução da população residente na capital. Raquel Soeiro de Brito expressa esta opinião em *Lisboa: Esboço Geográfico*, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, vol. 82, 1976, pp. 81-83, que é igualmente perfilhada por Magda Pinheiro em estudo mais recente («Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista», in *Ler História*, 1991, 22, pp. 81 e 86).

³⁷ V. o quadro publicado por Jorge Pedreira [*Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social*, tese de doutoramento apresentada à FCSH, Lisboa, 1995, p. 58], onde se destaca o peso médio de cerca de 80% que o porto de Lisboa detinha nos tráficos ultramarinos, por esta época maioritariamente constituídos por produtos oriundos do Brasil. Maria de Fátima Bonifácio, em «Nas origens do unanimismo proteccionista: o comércio externo português na primeira metade

da capital. A instabilidade política, os períodos de guerra civil que se prolongaram até meados do século XIX, repercutiram-se certamente na capacidade da capital de atrair população, mecanismo essencial para sustentar um crescimento prolongado da sua população. A agravar esta situação, a década de 1830 assiste a um surto de cólera entre a população da capital, que, assim, participa na «internacional da epidemia» que toca diferentes portos europeus por esta data. Também o tifo ataca fortemente nos anos entre 1847 e 1849. Por seu turno, a década de 50 do século passado vê reaparecer com forte intensidade a cólera, a que se juntam a febre amarela e a difteria entre 1854 e 1859. Estas investidas epidémicas teriam tornado ainda mais difícil a instável demografia da cidade³⁸. O tecido físico da cidade reflecte a quebra da população. Até à década de 1870 sucedem-se as referências à existência de edifícios em ruínas, inabitados e em precárias condições de segurança e de salubridade. Sucessivas vereações desde — pelo menos — os anos 30 do século passado vão exigir medidas expeditas para lidar com esta situação, que é apresentada como uma verdadeira calamidade pública. A partir de 1870 cessam as referências a este problema, sinal de que o crescimento populacional da cidade estava a solucionar o que sucessivos avisos e posturas camarários, bem como determinações legislativas da Câmara dos Deputados, não tinham permitido ultrapassar ao longo de décadas³⁹.

O peso de Lisboa na população do continente e no sistema urbano reflecte as contingências dos primeiros dois terços do século: em 1801 Lisboa albergava 6,6% de toda a população metropolitana e 55% da população urbana⁴⁰; em 1864 o peso relativo da população lisboeta face ao conjunto da população do continente ou relativamente à população urbana tinha-se reduzido em 20%⁴¹. O peso relativo na população portuguesa será recuperado

do século XIX», in *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa, 1991, pp. 119-128, destaca também o impacto na praça de Lisboa da perda do monopólio nas relações comerciais com o Brasil, contrapondo-o a um menor abalo sofrido pela segunda cidade portuária.

³⁸ Teresa Rodrigues, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, 1995, identifica os surtos de crises demográficas. Para uma discussão dos seus efeitos no equilíbrio demográfico da capital, v. Álvaro Ferreira da Silva, *Crescimento Urbano, Regulação e Oportunidades Empresariais: a Construção Residencial em Lisboa, 1860-1930*, tese de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, 1997, pp. 37 e segs.

³⁹ Para uma abordagem pormenorizada do impacto urbanístico desta situação, v. o que é referido sobre os edifícios em ruínas no capítulo III de Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, nomeadamente pp. 249 e segs.

⁴⁰ V. as colunas 3 e 7 do quadro n.º 1.

⁴¹ Mais precisamente: a sua importância relativa na população metropolitana passou para 5,3% (- 20% do que em 1801), enquanto a proporção da população urbana residente em Lisboa passou a ser de 45% (- 18% do que em 1801). V. novamente os dados sintetizados no quadro n.º 1.

mercê do crescimento mais acentuado de Lisboa nos três períodos seguintes e do ritmo menos intenso de aumento da população residente em aglomerados não urbanos. Quanto ao seu peso no sistema urbano, nunca mais será o mesmo até 1940⁴²: seja o Porto, ainda nas décadas finais do século XIX, as cidades médias durante o mesmo período e entre 1911 e 1940, ou as cidades mais pequenas entre 1890 e 1911, todos estes patamares do sistema urbano estão a participar mais activamente do que Lisboa no crescimento demográfico, se se tomar em linha de conta a sua dimensão relativa. Com excepção do período entre 1890 e 1911 (e mesmo aqui só diminutamente), sempre o quociente de urbanização de Lisboa foi menor do que o do conjunto da população urbana⁴³.

Significa isto que o motor do crescimento da urbanização em Portugal tinha deixado de passar por Lisboa? Uma resposta a esta questão, baseada nos elementos até agora coligidos, arriscar-se-ia a apontar numa direcção errada, devido à natureza do indicador que tem estado a ser utilizado. O quociente de urbanização, quando aplicado a uma categoria de cidades, é uma medida que relativiza o acréscimo da população entre dois anos numa classe de centros urbanos face ao peso que no ano inicial essa classe tinha relativamente ao conjunto da população⁴⁴. Os quocientes de urbanização das cidades com menos de 10 000 habitantes, entre 10 000 e 40 000 habitantes, ou do Porto, são superiores aos evidenciados por Lisboa entre 1801 e 1940 (última linha do quadro n.º 2), revelando um maior dinamismo no crescimento demográfico e melhorando a sua posição na distribuição da população urbana (quadro n.º 1). A pergunta que então deverá ser realizada para responder cabalmente à questão formulada no início deste parágrafo será a seguinte: qual foi o contributo de cada patamar do sistema urbano para o crescimento da população residente nas cidades entre os anos de 1801 e 1940? A resposta é fornecida na informação condensada no quadro n.º 3.

Com excepção da conjuntura difícil para a capital durante os primeiros dois terços do século XIX, o contributo de Lisboa para o crescimento da urba-

⁴² A análise podia, inclusivamente, ser alargada até 1960 com a mesma conclusão: decréscimo do peso de Lisboa na população urbana, passando para 40% em 1950 e 35% em 1960. A partir desta data começa a ter mais sentido tomar a área metropolitana de Lisboa como elemento de comparação.

⁴³ O cálculo do quociente de urbanização para o conjunto dos aglomerados urbanos, com excepção de Lisboa, dá os seguintes valores:

- 1801-1864: 1,8;
- 1864-1890: 2,5;
- 1890-1911: 2,2;
- 1911-1940: 2,9.

Comparem-se estes valores com os dados apresentados na última coluna do quadro n.º 2.

⁴⁴ Remeto o leitor para a expressão algébrica apresentada algumas páginas atrás.

nização é sempre superior ao dos outros níveis do sistema urbano. A grande transformação diz respeito ao diferencial de superioridade entre o contributo de Lisboa e o do resto das cidades. Ao contrário do que pode adivinhar-se que se teria passado ao longo dos séculos XVI a XVIII, o crescimento do nível de urbanização em Portugal já não passa exclusivamente — ou sequer preferencialmente — pelo crescimento de Lisboa. A partir do século passado, a mola propulsora do acréscimo do nível de urbanização reside cada vez mais nos restantes centros urbanos, com particular incidência para os de média dimensão, como é visível no período entre 1911 e 1940 (quadro n.º 3).

Peso relativo de cada classe no crescimento da população urbana (1801-1940)
(em percentagem)

[QUADRO N.º 3]

Períodos	Classes de centros urbanos				
	< 10000	10 000-40 000	Porto	Lisboa	Total
1801-1864	45,8	– 0,6	43,5	11,4	100
1864-1890	8,5	24,9	26	40,7	100
1890-1911	32,3	5,6	16	46,1	100

Fontes: *Taboas Topographicas e Estatisticas* (1801), recenseamentos da população (1864-1940).

Este conjunto de conclusões sobre os indicadores relativos à posição de Lisboa na população urbana portuguesa, tal como o que foi dito sobre o desempenho dos diferentes centros urbanos, agrupados segundo a dimensão da sua população, parece contradizer a imagem difundida de que a rede urbana portuguesa seria marcadamente macrocéfala, com um reduzido peso das cidades de dimensão média, e que estas características se acentuariam durante o período que aqui nos interessa⁴⁵. O esclarecimento desta questão exige o

⁴⁵ A referência fundamental é constituída pelo estudo de Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 3.ª ed., 1977, nomeadamente a síntese que estabelece na p. 39, em que afirma: «No século XVI [...] o urbanismo reveste em Portugal a mesma feição que mantém no ocaso do Antigo Regime três séculos volvidos: uma boa armadura de pequenos centros urbanos contrastando com a inexistência das cidades médias [...]» Anteriormente, nas pp. 28-31, tinha esboçado conclusões idênticas para o século XX. Jorge Gaspar expressa a mesma ideia quando afirma: «Em Portugal, o processo de urbanização não tem sido primacialmente caracterizado por uma concentração maciça em cidades. Salvo os casos das duas principais aglomerações urbanas, têm faltado outros pólos com idênticos níveis de atração, verificando-se como característica dominante do nosso povoamento urbano a ocorrência de um grande número de pequenas aglomerações, quer sejam

recurso a instrumentos de análise da distribuição da população urbana que tomem em consideração não apenas os valores agregados resultantes do aumento da concentração de habitantes nas cidades, mas o modo como se processava o crescimento da população urbana: pela multiplicação dos pontos de concentração ou pelo aumento da dimensão dos aglomerados individualmente considerados⁴⁶. Pretende-se, assim, identificar as características da distribuição da população urbana pelos diferentes aglomerados e a sua transformação ao longo do tempo, permitindo observar a sua hierarquização e estruturação.

4. A EVOLUÇÃO DA REDE URBANA

O esclarecimento das características das redes urbanas pode ser objecto de duas abordagens⁴⁷. Uma toma a teoria dos lugares centrais como modelo de análise, procurando estabelecer uma hierarquização dos centros urbanos pelas funções desempenhadas⁴⁸. Outra considera que a organização dos diferentes centros urbanos quanto à sua ordem e dimensão pode ser um indicador eficaz do tipo de sistema urbano existente. Trata-se, neste último caso, de utilizar uma distribuição teórica da dimensão e da classificação ordinal das cidades como método de análise do escalonamento urbano numa determinada região⁴⁹. Uma perfeita integração e hierarquização do sistema urbano seria visível quando — realizada a representação gráfica do escalonamento das cidades pela sua dimensão e ordem de grandeza em escalas logarítmicas — o resultado de uma

designadas de cidades ou de vilas.» (*Portugal — Os Próximos 20 Anos*, 1 vol., *Ocupação e Organização do Espaço. Retrospectiva e Tendências*, Lisboa, FCG, 1987, p. 109.) Por vezes, a macrocefalia de Lisboa tende a ser considerada, não em função da rede urbana (a opção correcta do ponto de vista conceptual), mas sim em função da população do conjunto do país, como é nítido em Luís Baptista, «Dominação demográfica no contexto do século xx português: Lisboa, a capital», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, 1994, 15, pp. 53-77. Os resultados face à estrutura urbana são naturalmente diferenciados.

⁴⁶ Trata-se da definição clássica de John Tisdale, citada por Jan de Vries: «Urbanization is a process of population concentration. It proceeds in two ways: the multiplication of points of concentration and the increase in size of individual concentration» (Jan de Vries, art. cit., p. 47). Compare-se com o que atrás afirmei sobre os dois modos de análise da aglomeração da população criada pelo fenómeno da urbanização.

⁴⁷ Os livros de Jan de Vries e de Bernard Lepetit já citados são exemplos destas duas formas de abordagem dos sistemas urbanos.

⁴⁸ Para uma apresentação da metodologia de análise, v., por todos, B. J. L. Berry, «City size distribution and economic development», in *Economic Development and Cultural Change*, 1961, 9, pp. 571-587, e P. Haggett, A. Cliff e A. Frey, *Locational Models*, Londres, 1977. Uma das mais conseguidas análises históricas dos centros urbanos pelas funções desempenhadas foi realizada por Bernard Lepetit, *ob. cit.*, cap. iv.

⁴⁹ A distribuição das cidades em função da sua dimensão e classificação ordinal poderia ser aproximada pela seguinte equação: $\log P_i = \log P_1 + q \log R_i$, em que P_i e R_i correspondem, respectivamente, à população e à ordem de uma dada cidade, P_1 é a população teórica da primeira cidade e q o declive da recta de regressão.

distribuição linear aplicada a essa distribuição fosse uma linha recta de inclinação negativa, com o coeficiente -1 como valor dessa inclinação.

A utilização deste instrumento como forma de identificação de diferentes tipos de sistemas urbanos não é, no entanto, uma questão simples. Os estudos de geografia urbana que nele basearam o estudo dos sistemas de cidades ao longo dos anos 50 a 70 adoptaram uma postura que veio a revelar-se pouco profícua⁵⁰ ao considerarem um ajustamento perfeito a uma recta de regressão de declive -1 como um sinal de modernidade. Tal como as várias formulações das teorias de modernização que tiveram a sua fortuna pela mesma época, também a aplicação da lei do escalonamento urbano ao estudo dos sistemas urbanos teve um impacto duplo sobre os estudos históricos. Se, por um lado, suscitou um interesse pluridisciplinar, visando dar alguma profundidade temporal ao estudo dos processos de urbanização, também foi responsável por sistematizações redutoras da evolução histórica. Por exemplo, marcados desajustamentos face à lei do escalonamento urbano formulada por Zipf foram encontrados em países com distintos níveis de urbanização e desenvolvimento económico, o que ameaçava a convicção de que o ajustamento à recta de regressão com declive -1 seria um sinónimo de modernidade. Por vezes, o peso desproporcionado das maiores cidades era de tal forma nítido que foi cunhada uma expressão — *primate cities*, cidades primaciais — para definir estas metrópoles⁵¹.

Perante o impasse criado, novas abordagens vieram modificar a função da análise do escalonamento urbano. Em alguns estudos abandonou-se uma estratégia de investigação que partia de uma distribuição ideal como meta a atingir pela hierarquia de um dado conjunto de cidades. O escalonamento urbano em função da dimensão e a análise estatística das relações entre dimensão e hierarquia passaram a ser considerados um método que tratava as distribuições encontradas como empíricas, sem qualquer relação evolutiva com padrões

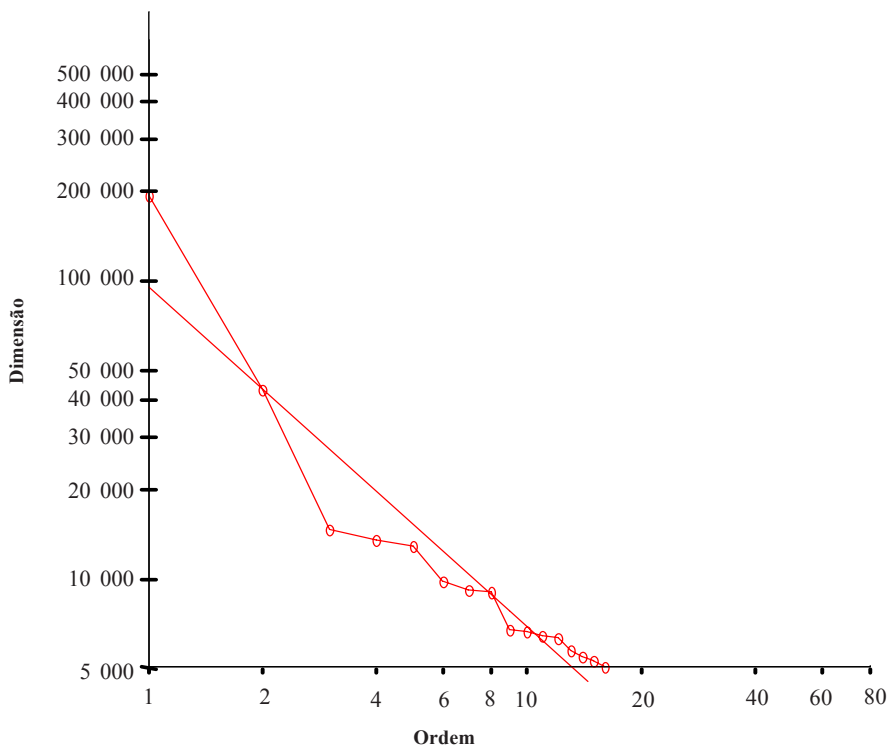
⁵⁰ O artigo de H. W. Richardson, «Theory of the distribution of city sizes: review and prospects», in *Regional Studies*, 1973, 7, pp. 239-251, constitui uma boa introdução a esta bibliografia, tal como o texto de Brian T. Robson, *Urban Growth: An Approach*, Londres, 1973, pp. 16-41, e o livro de Peter Hagett *et al.* apresentado na nota 48. Com particular interesse para a análise histórica do escalonamento urbano, v. Jan de Vries, *European Urbanization*, cit., pp. 49-120, e «Problems in the measurement, description and analysis of historical urbanization», cit., Carol A. Smith, «Types of city-size distributions: a comparative analysis», in A. van der Woude *et al.* (eds.), *Urbanization in History: A Process of Dynamic Interactions*, Oxford, Clarendon Press, 1990, pp. 20-42, e B. Lepetit, *ob. cit.*, cap. v.

⁵¹ Sobre as *primate cities*, o artigo já citado de Berry tenta explicar as razões que poderiam gerar sistemas urbanos com um tal desajustamento, constituindo um dos primeiros tratamentos desta questão e também de associação desta distribuição a um sistema arcaico, que a prazo evoluiria para uma distribuição lognormal com a modernização da sociedade. Carol Smith tem dedicado uma particular atenção à análise dos sistemas urbanos primaciais, abandonando o pressuposto evolutivo que baseava a argumentação de Berry. V. as páginas que Carol Smith dedicou a este tema em «Types of city size distribution...», cit., pp. 33-39, com a apresentação de ampla bibliografia.

ideais de comportamento dos sistemas de cidades⁵². A utilização do escalonamento urbano seria, assim, um «instrumento descritivo»⁵³, que permitiria e facilitaria as comparações, não tendo a hierarquização segundo um ajustamento lognormal qualquer fundamento teórico no sentido de estabelecer regras de evolução e de comportamento dos sistemas urbanos⁵⁴. Por outro lado, chamava-se a atenção para a necessidade de extremo cuidado na interpretação dos resultados da distribuição do escalonamento urbano das cidades⁵⁵.

Escalonamento urbano (1801): distribuição das cidades com 5000 ou mais habitantes pela sua ordem e dimensão

[FIGURA N.º 1]



⁵² Com particular interesse pela abordagem histórica, v. Jan de Vries, *European Urbanization*, cit., pp. 85-95, e também «Problems in the measurement, description and analysis of historical urbanization», cit., e Bernard Lepetit, *ob. cit.*, cap. v, nomeadamente pp. 176-178.

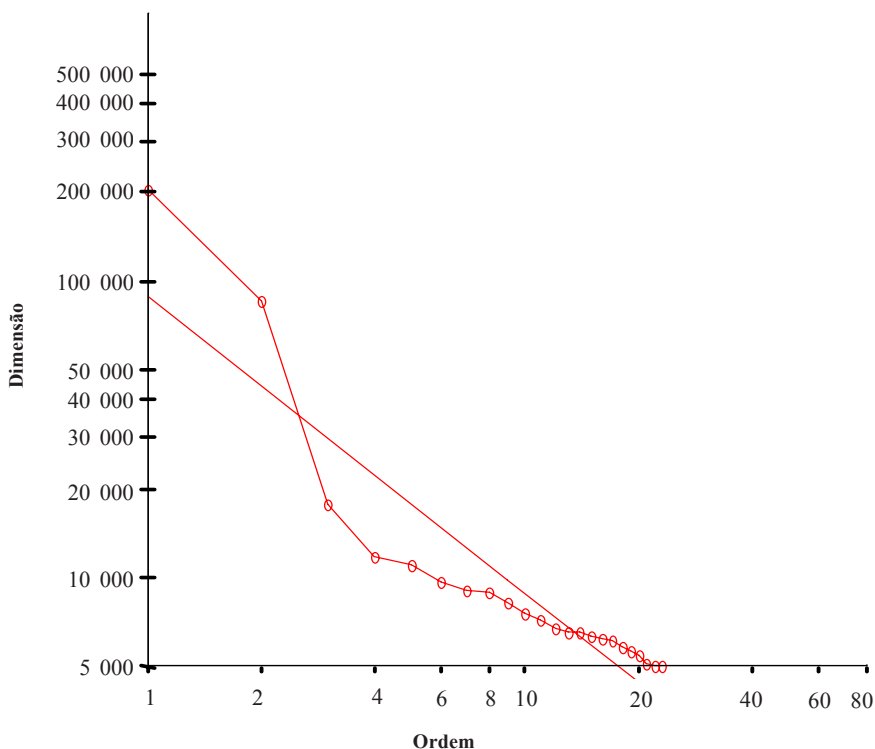
⁵³ Jan de Vries, «Problems in the measurement, description and analysis of historical urbanization», cit., pp. 49-50.

⁵⁴ C. Smith (art. cit.) mantém uma postura de reivindicação da utilidade teórica do modelo lognormal, sendo a sua obra uma tentativa de revalorizar a análise da distribuição dos sistemas urbanos com base na construção de modelos de comportamento.

⁵⁵ «The danger is great that these beguiling arrays will not simply be misinterpreted but also overinterpreted» (Jan de Vries, *European Urbanization*, cit., p. 93). Carol Smith acentua

Escalonamento urbano (1864): distribuição das cidades com 5000 ou mais habitantes pela sua ordem e dimensão

[FIGURA N.º 2]



É segundo esta postura que deve ser encarada a análise da hierarquia urbana que vai seguir-se. As figuras n.ºs 1 a 5 representam a distribuição das cidades portuguesas com uma população igual ou superior a 5000 habitantes em função da sua dimensão e ordem de grandeza para cinco momentos distintos: 1801, 1864, 1890, 1911 e 1940. Por sua vez, o quadro n.º 4 apresenta as estatísticas das rectas de regressão para os mesmos anos.

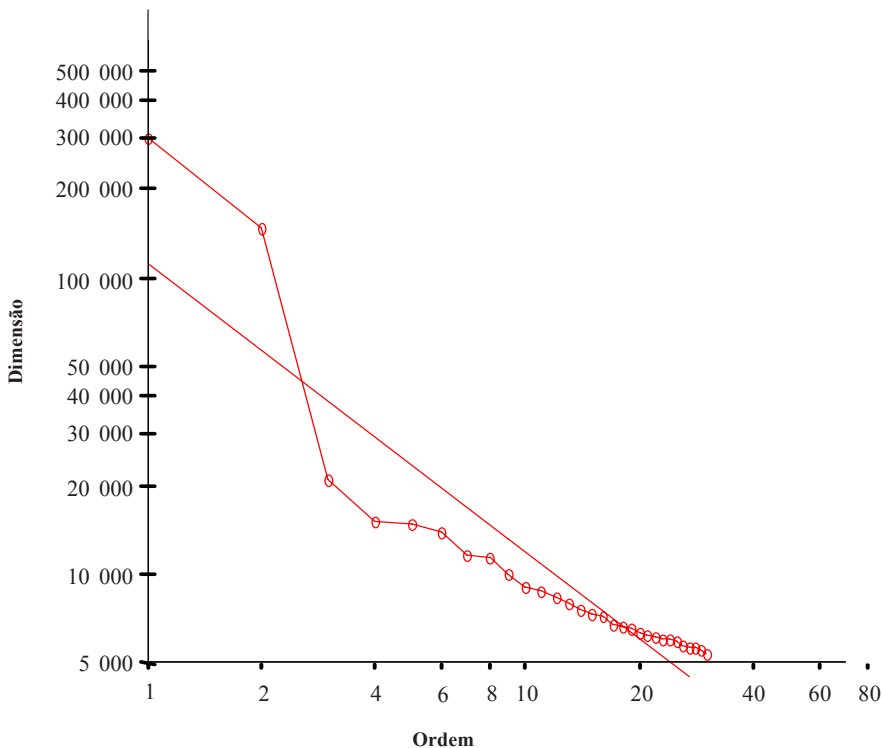
A primeira conclusão que é possível retirar, considerando quer os gráficos, quer o quadro n.º 4, assinala a existência de transformações importantes ao longo dos 140 anos apresentados. A representação gráfica do escalonamento urbano em 1801 destaca a imagem de um sistema urbano com ca-

igualmente a necessidade de prestar atenção a um outro aspecto ao assinalar que nem sempre um maior número de habitantes significa uma maior diversidade e complexidade de funções urbanas (C. Smith, art. cit., p. 40).

racterísticas primaciais: declive superior a -1 e forte desvio relativamente a uma recta de regressão por parte da cidade com o maior número de habitantes⁵⁶. Trata-se de uma forma conhecida da estruturação de outros sistemas urbanos pela mesma época, como o da Inglaterra em 1750, da República Holandesa em 1650 ou 1800, da França entre 1750 e 1850⁵⁷. O notório peso de Lisboa no sistema urbano português, com um peso demográfico muito maior do que as cidades que lhe sucedem por ordem de grandeza, origina a forma desta hierarquia. Em 1801 o Porto — segunda maior cidade — apresenta uma população de 44% da que deveria ter se a distribuição das cidades se ajustasse perfeitamente a uma recta de regressão que, partindo da maior cidade, tivesse um declive de -1 . As cidades que se seguem têm um peso que se cifrava em 20% a 30% do que deveria ser a sua população esperada,

Escalonamento urbano (1890): distribuição das cidades com 5000 ou mais habitantes pela sua ordem e dimensão

[FIGURA N.º 3]



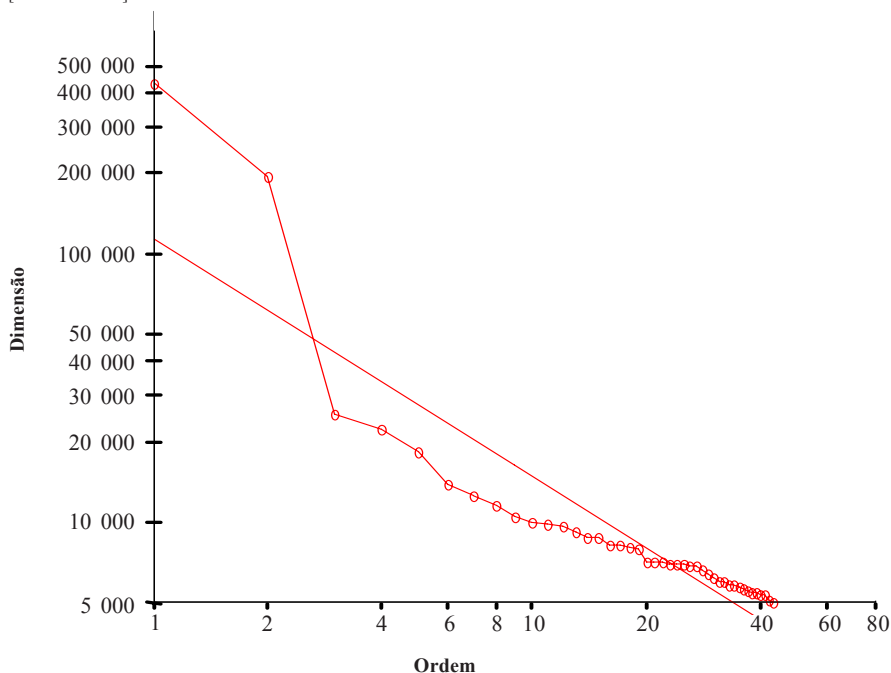
⁵⁶ Carol Smith, art. cit., pp. 33-39.

⁵⁷ Jan de Vries, *European Urbanization*, cit., pp. 116-119, e B. Lepetit, *ob. cit.*, para o caso francês.

usando os mesmos critérios⁵⁸. Aqui desenha-se uma diferença muito marcada relativamente aos sistemas urbanos dos países atrás referidos, em que também existe uma cidade macrocéfala, com uma evidente posição de primazia. No caso português, a anemia relativa das cidades de ordem de grandeza inferior prolonga-se até aos centros de menor dimensão, assinalando-se diferenças substanciais entre a população esperada e a população observada⁵⁹. Em países como a França ou a Holanda, o ajustamento face à população esperada, caso a recta de regressão tivesse um declive de -1 , processava-se logo a partir das cidades intermédias⁶⁰.

Escalonamento urbano (1911): distribuição das cidades com 5000 ou mais habitantes pela sua ordem e dimensão

[FIGURA N.º 4]



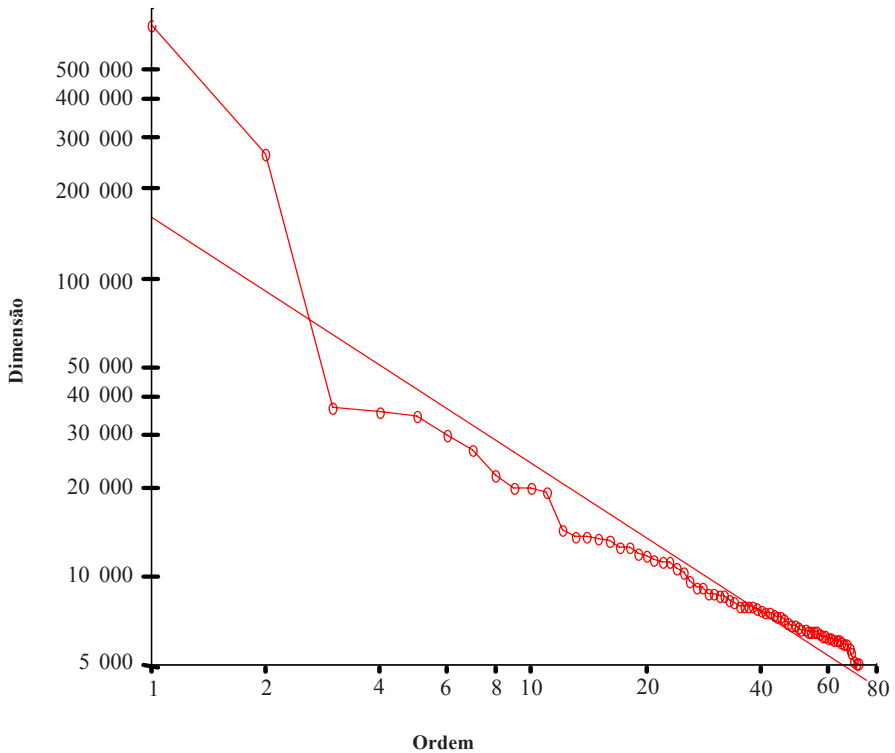
⁵⁸ Um ajustamento perfeito de uma recta com declive de -1 a uma distribuição lognormal faria com que a segunda maior cidade tivesse uma população igual a metade da primeira, o que significaria que em 1801 o Porto deveria já ter alcançado os 97 000 habitantes. Trata-se da aplicação da expressão algébrica anteriormente apresentada na nota, substituindo os parâmetros q e $\log P_1$, respectivamente, por -1 e pela população de Lisboa, que passaria a ser a origem da recta de regressão.

⁵⁹ Em Portugal a população observada da 15.ª maior cidade em 1801 (que pouco ultrapassava os 5000 habitantes) era cerca de 40% do que deveria ser a sua população esperada face à existência de uma cidade com a dimensão que Lisboa tinha nesta data.

⁶⁰ Esta comparação é particularmente ajustada para o caso da Holanda, pois a população de Amsterdão é sensivelmente idêntica à de Lisboa em 1800. As segunda e terceira cidades

Escalonamento urbano (1940): distribuição das cidades com 5000 ou mais habitantes pela sua ordem e dimensão

[FIGURA N.º 5]



Parâmetros das rectas de regressão relativas à distribuição das cidades portuguesas (1801-1940)

[QUADRO N.º 4]

Identificação dos valores	1801	1864	1890	1911	1940
Declive da recta de regressão (q) . .	- 1,143	- 1,002	- 0,974	- 0,887	- 0,828
Lisboa (habitantes):					
Valor observado	193 408	204 801	298 903	435 359	709 179
Valor estimado pela regressão . .	94 965	88 891	111 578	114 011	161 479
Coefficiente de determinação (R^2) . .	0,905	0,845	0,837	0,819	0,887
Número de observações	16	23	30	43	72

holandesas têm uma população marcadamente inferior à população esperada. No entanto, a partir da quarta cidade existe um ajustamento praticamente perfeito (cálculos efectuados a partir dos dados apresentados por Jan de Vries para 1800, *European Urbanization*, cit., apêndice n.º 1).

O coeficiente de determinação apresentado no quadro n.º 4 expressa o reduzido ajustamento da distribuição do escalonamento urbano à recta de regressão, quando comparado com outras experiências históricas⁶¹. Poder-se-á pensar que se trata de uma consequência do pequeno número de cidades com 5000 ou mais habitantes existentes em Portugal em 1801, potenciando os efeitos das variações aleatórias. No entanto, este padrão não só se mantém, como, inclusivamente, se exacerba nos anos seguintes, o que parece indicar a presença de uma característica estrutural do sistema urbano português.

Revela, afinal, uma hierarquização do sistema urbano pouco conseguida, sinal de que o espaço de relações entre as cidades está pouco unificado. Seria o resultado de uma deficiente especificação dos contornos da região? Esta é uma possibilidade sugerida por Jan de Vries como possível explicação para casos de cidades primaciais, nomeadamente em territórios de reduzidas dimensões⁶². No caso português, tal não parece suceder. As características peculiares do sistema urbano e da sociedade que o segrega (concentração de funções em Lisboa, fraco desenvolvimento da urbanização e de actividades económicas potenciadoras da concentração da população) seriam razões suficientemente sólidas para explicarem um sistema urbano com excessivos traços primaciais. Esta falta de integração do sistema urbano não se apresentaria como contraditória com o que podemos pressupor que seriam as características dos principais factores de integração das relações entre cidades à entrada do século XIX: a estruturação do mercado interno e da interdependência regional, a implantação de uma rede minimamente articulada de transportes internos ou a territorialização da administração do Estado. Porém, o que importa também realçar é que a integração do sistema urbano — quando abordada através da análise do seu escalonamento —, longe de ter aumentado ao longo do século XIX, diminui até ao início do presente século, para se fixar em 1940 num valor próximo do coeficiente de determinação existente em 1801.

Esta diminuição do ajustamento com a recta de regressão entre 1801 e 1911 é acompanhada por outros elementos de novidade no escalonamento dos centros urbanos portugueses. Em primeiro lugar, os traços fortemente macrocéfalos da distribuição apresentada na figura n.º 1 diminuem nos anos seguintes, quando medidos pelo indicador mais frequentemente utilizado: o coeficiente q (o declive da recta de regressão) decai para valores inferiores a -1 , num movimento que continua até ao fim do período aqui analisado. A estagnação da população de Lisboa entre 1801 e 1864 poderia ser responsável por este movimento de diminuição do declive da recta de regressão. Todavia, esta situação seria ultrapassada e voltaríamos a valores do coefi-

⁶¹ V. os dados apresentados por B. Lepetit, *ob. cit.*, quadro n.º 7, p. 183, em que, para diferentes anos entre 1700 e 1836, os coeficientes de determinação foram sempre superiores a 0,95 e, por vezes, muito próximos de 1,0.

⁶² Jan de Vries, «Problems in the measurement, description and analysis of historical urbanization», *cit.*, p. 50.

ciente q semelhantes aos existentes em 1801 se não fossem dois movimentos de sentido contrário, que introduzem outras tantas características do sistema urbano português ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. O primeiro diz respeito ao forte crescimento do Porto ao longo de Oitocentos, como foi já evidenciado quando anteriormente se referiram os quocientes de urbanização para cada classe de centros urbanos e a sua participação relativa no conjunto da população urbana portuguesa. Este movimento leva a que o Porto, como segunda maior cidade, passe de uma percentagem de 40% da população que deveria albergar, se a distribuição fosse de acordo com a lei do escalonamento urbano, para um diferencial praticamente nulo relativamente à população teórica no final do século XIX⁶³. O segundo movimento na distribuição dos centros urbanos de acordo com a sua dimensão e a sua ordem de grandeza, que explica a menor inclinação da recta de regressão, refere-se ao facto de os centros urbanos intermédios em Portugal não só serem em número mais reduzido do que o previsível, como estarem a crescer a um ritmo inferior ao que teria de ser a sua participação no aumento da população urbana portuguesa para que existisse um melhor ajustamento à recta lognormal. É isto que explica o peculiar perfil da distribuição dos centros urbanos que se forma entre 1801 e 1864 mercê dos movimentos opostos de aumento da população do Porto e de estagnação, ou mesmo de decréscimo, da população residente nas seis cidades que ocupam os lugares imediatamente seguintes.

As distribuições com um declive pouco pronunciado — inferior a -1 — são típicas das distribuições de tipo convexo, em que o centro urbano mais importante pouco suplanta em termos demográficos os que o seguem por ordem de grandeza. No caso português — embora a concavidade da distribuição seja visível mercê do enorme desnível que continua a existir entre Lisboa, como maior cidade, e o terceiro centro urbano —, nalguns momentos, a distribuição aproxima-se de uma configuração convexo-côncava. Num primeiro arco, formado mercê da inclinação que separa a primeira e a segunda e desta para as restantes cidades, observamos a convexidade da distribuição. Acentuar-se-ia, depois, um segundo arco com uma configuração oposta, se olhado a partir da segunda maior cidade. Aqui o desnível acentuado entre a segunda e a terceira cidade, seguido por uma distribuição dotada de uma reduzida hierarquia ao nível dos centros urbanos intermédios, restauraria a configuração côncava típica das distribuições primaciais ou macrocéfalas⁶⁴.

Estas características, visíveis entre 1801 e 1864, mantêm-se quando se comparam os anos subsequentes até 1940. Entre 1864 e 1890 a similitude

⁶³ Em 1864 essa percentagem tinha já aumentado para 85%, cifrando-se a população observada em 98% da população esperada em 1890. Nos momentos subsequentes esta percentagem volta a decair até 74%.

⁶⁴ Para os diferentes modelos de distribuições, v. as representações gráficas apresentadas por B. Lepetit em *Les villes dans la France moderne*, fig. 11, p. 179.

dos indicadores apresentados no quadro n.º 4 e o paralelismo entre as distribuições das figuras n.ºs 2 e 3 são praticamente totais. Entre 1890 e 1911 nota-se o abrandamento do crescimento do Porto e o contributo dos centros de menor dimensão para o acréscimo da população urbana, visível na deslocação para a direita da recta de regressão na sua parte inferior e, consequentemente, numa diminuição ainda maior do declive da recta de regressão. Das cidades intermédias, a terceira, a quarta e a quinta também vêm a sua posição reforçada, mas o acréscimo da população das cidades de média dimensão fracassa devido ao fraco desempenho, e mesmo à estagnação, dos restantes centros urbanos agrupados nesta categoria⁶⁵.

Ter-se-á completado em 1940 um movimento de reestruturação do sistema urbano português tendente a adquirir o nível de hierarquização perdido ao longo do século XIX? A resposta parece ser positiva. A distribuição de 1801 não é única no grau de preponderância primacial de Lisboa. A comparação do perfil das séries nos gráficos das figuras n.º 1 a 5 ou o cálculo da relação entre a população observada e a população estimada de Lisboa, através da equação de regressão (quadro n.º 5), destacam a posição primacial assumida por Lisboa⁶⁶. A mesma conclusão deve ser assinalada quando — de modo inverso — se procura saber qual a posição das cidades imediatamente seguintes caso a recta de regressão tivesse a sua origem num valor igual ao da população de Lisboa (última linha do quadro n.º 5).

No entanto, ao longo do século passado modifica-se o modo como se estrutura essa primazia no sistema urbano. O Porto acentua a sua posição de segunda maior cidade, encurtando a distância para a capital e anulando, por isso, a relação primacial entre a primeira e a segunda maiores cidades, relação herdada da estrutura urbana do Antigo Regime⁶⁷. Esta é a primeira modificação que deve ser assinalada face à estrutura urbana visível em 1801.

⁶⁵ São principalmente as cidades de Setúbal e, menos, Coimbra que crescem durante este período. Braga, embora aumente a sua população, vê o seu lugar como terceira maior cidade substituído por Setúbal, que aí se manterá. Relativamente aos outros centros urbanos, que ocupam as posições entre o 6.º e o 9.º lugares, a sua população estagna ao longo dos cerca de vinte anos que medeiam entre 1890 e 1911.

⁶⁶ No entanto, este método de cálculo exagera a macrocefalia da capital face ao conjunto dos aglomerados urbanos. Basta pensar que o índice dá um acréscimo de 205 para 230 entre 1801 e 1864, num momento em que a população de Lisboa estagna.

⁶⁷ Existe uma relação primacial quando a população da segunda maior cidade não é cerca de 50% da cidade com um maior número de habitantes, percentagem correspondente ao que seria a sua população teórica com um ajustamento perfeito a uma recta de regressão de -1 . O quadro n.º 5, na sua primeira linha, apresenta este índice clássico da macrocefalia urbana. É nítida a extrema vantagem de Lisboa face ao Porto no início do século XIX, mas que se reduz para uma relação próxima dos 50% quando se tomam os valores de 1864. Em 1940 a distância entre as duas cidades aumenta, embora sem se atingirem os valores de primazia de Lisboa sobre o Porto existentes no início do século passado.

Índices de primazia e índice de défice da população das cidades médias

[QUADRO N.º 5]

Categorias	1801	1864	1890	1911	1940
Razão entre a segunda e a primeira cidade, em percentagem (índice clássico de primazia)	22	42	49	44	37
Percentagem da população observada para Lisboa sobre a população estimada (índice de primazia)	205	230	268	382	439
Lisboa (habitantes):					
Valor observado	193 408	204 801	298 903	435 359	709 179
Valor estimado pela regressão	94 965	88 891	111 578	114 011	161 479
Percentagem da população das cidades com 10 000 a 40 000 habitantes face à população estimada nesta classe	28	25	24	20	26

A segunda modificação, visível no conjunto de instrumentos analíticos que têm sido utilizados — distribuições de escalonamento urbano, estatísticas das equações de regressão ou comparação entre os valores esperado e observado —, diz respeito ao lugar ocupado pelas cidades intermédias, com populações entre os 10 000 e os 40 000 habitantes. É devido ao fraco crescimento do grupo de cidades que se incorporam neste patamar do sistema urbano português que se dá uma evolução aparentemente contraditória nas estatísticas do escalonamento urbano: aumento do índice de primazia, quando medido pela razão em percentagem entre a população observada e a população estimada para Lisboa, e redução do declive das rectas de regressão. A macrocefalia urbana está normalmente associada a valores de declive superiores a -1 , responsáveis por uma inclinação mais acentuada da recta de regressão. O retardamento do crescimento urbano no patamar das cidades intermédias é responsável por esta evolução ao arrepio dos modelos de análise da geografia urbana. Repare-se que de 1801 a 1911 as cidades médias portuguesas que tinham entre 10 000 e pouco mais de 25 000 habitantes não só não vêm crescer a sua quota-parte na população urbana, como também vêm descer o nível já excepcionalmente baixo de relação entre a população observada e a população estimada.

Quando individualmente consideradas, as cidades médias caracterizam-se por uma muito baixa capacidade de atracção demográfica ao longo dos primeiros 110 anos, como pode ver-se pelo quadro n.º 6, que apresenta os quocientes de urbanização calculados para as cidades portuguesas que entre 1801 e 1911 tiveram em algum momento mais de 10 000 habitantes (com excepção de

Lisboa e do Porto), sendo este limiar aumentado para 15 000 habitantes para o período entre esta última data e 1940. Para além da constatação de que em 1801 e 1864 apenas três cidades estavam compreendidas neste grupo, sobressai o seu modesto crescimento demográfico, que, quando muito, acompanha o aumento da população de Portugal continental⁶⁸. Em algumas situações o diferencial de crescimento entre algumas cidades e o conjunto da população portuguesa é mesmo desfavorável, como o foi para centros urbanos como Braga ou Póvoa do Varzim entre 1864 e 1890⁶⁹. Até 1911 apenas duas cidades intermédias se destacaram pela sua capacidade de crescerem mais depressa do que a generalidade das povoações portuguesas: Setúbal, se exceptuarmos a quebra dos primeiros dois terços do século XIX, e Covilhã, entre 1864 e 1890. Para todas as outras o crescimento populacional é mediano. Mesmo o crescimento evidenciado por este patamar da rede urbana no período entre 1864 e 1890, revelado pelo quociente de urbanização expresso na última linha do quadro n.º 6, e que tinha permitido a recuperação e mesmo a ligeira ultrapassagem da quota-parte da população urbana residente nestes centros urbanos (cf. quadro n.º 1) se revela agora com as suas reais características. Não consistiu tanto no acréscimo da concentração de população nos centros urbanos já existentes nesta classe em 1864, mas fundamentalmente na multiplicação dos pólos de urbanização. Acréscimos demográficos modestos, com excepção dos já citados casos de Setúbal e Covilhã, são disfarçados pela entrada de novas cidades que alcançaram o limiar dos 10 000 habitantes, empolando o número de habitantes residentes nesta classe de centros urbanos.

O significado desta conclusão é importante para uma apreciação de conjunto das características do crescimento urbano em Portugal durante este período e dos seus reflexos na hierarquia urbana. Citou-se há pouco Eldridge Tisdale para lembrar que o crescimento urbano pode ser objecto de dois movimentos, nem sempre contemporâneos, nem com um impacto idêntico na elevação do nível de urbanização⁷⁰: um seria o resultado do aumento da população residente nas cidades, individualmente consideradas; o outro decorreria da multiplicação do número de centros urbanos. O que aconteceu até 1911 na quase totalidade das cidades de média dimensão não foi uma estratégia de crescimento baseada na primeira possibilidade enunciada por Tisdale. A população destes centros urbanos que já tinham alcançado os 10 000 habitantes em 1801 chegou a diminuir nas conjunturas mais negativas, ou, quando muito, estava a crescer a um ritmo que não se afastava do que caracterizava a população portuguesa no seu conjunto. Foi através do segundo movimento

⁶⁸ V. o que atrás foi dito sobre o modo de leitura do quociente de urbanização.

⁶⁹ Recordo que isto não significa que não tenha aumentado o número de habitantes, mas que esse aumento se efectuou a um ritmo menos intenso do que o acréscimo da população portuguesa durante o período considerado.

⁷⁰ Citação apresentada já na nota 46.

— a multiplicação dos centros urbanos que alcançaram a classe dos 10 000 aos 40 000 habitantes — que se alcançaram os números favoráveis a este patamar do sistema urbano evidenciados entre 1864 e 1890. Todavia, se os reflexos positivos podiam ser patenteados por métodos de análise que tomam esta classe de centros urbanos no seu conjunto, a abordagem do escalonamento urbano evidenciou a incapacidade destas cidades de acompanharem os ritmos de crescimento, quer de Lisboa, quer do Porto. Nesta dupla vertente da análise dos centros urbanos de média dimensão pode explicar-se aquilo que surgia como uma contradição: as cidades médias reforçavam como grupo o seu peso relativo no sistema urbano, tinham um elevado quociente de urbanização entre 1864 e 1890, mas perdiam terreno quando olhadas através da silhueta da distribuição dos centros urbanos quanto à sua dimensão e ordem.

Quocientes de urbanização para centros urbanos com 10 000 a 40 000 habitantes (1801-1911) ou 15 000 a 40 000 (1940)

[QUADRO N.º 6]

Localidades	1801-1864	1864-1890	1890-1911	1911-1940
Braga	0,67	0,82	0,35	1,18
Coimbra	- 0,44	1,34	1,11	3,15
Setúbal	- 0,46	1,56	3,81	1,53
Covilhã	-	4,36	- 0,54	1,81
Évora	-	1,28	0,96	1,97
Póvoa de Varzim	-	0,89	0,03	-
Elvas	-	1,06	-	-
Olhão	-	-	1,05	-
Faro	-	-	-	3,32
Matosinhos	-	-	-	5,73
Barreiro	-	-	-	5,12
Vila Nova de Gaia	-	-	-	27,07
Sector urbano	0,91	2,35	2,27	2,56
Cidades com 10 000-40 000 habitantes	- 0,05	6,55	0,89	8,94

$Q = [(U_2 - U_1)/(P_2 - P_1)] / (U_1/P_1)$, em que P é a população total e U a população de um dado centro urbano. V. a explicação fornecida algumas páginas atrás.

Entre 1911 e 1940, em que o limiar foi aumentado para os 15 000 habitantes, a situação já é diversa. Com excepção de Braga — que continua um processo de modesto crescimento demográfico e que vai fazê-la cair de terceira para quinta maior cidade entre 1890 e 1940 —, todos os restantes centros urbanos que já estavam nesta classe, e que aí se mantiveram após 1911, vão crescer, pelo menos, mais 50% do que a média nacional, vindo igualmente integrar as suas fileiras novos centros urbanos que tinham sido

objecto de um rápido acréscimo da sua população: centros industriais, também com uma posição favorecida na rede transportadora da primeira metade do século XX, como Matosinhos, Vila Nova de Gaia ou Barreiro.

A macrocefalia de Lisboa, amiúde assinalada, pode então ser inserida numa análise da rede urbana portuguesa que complexifica a sua posição primacial e que de alguma forma desdramatiza uma evolução inelutável para a excessiva concentração de população na capital⁷¹. O escalonamento urbano de 1801 parece representar o momento terminal de uma evolução do crescimento e estruturação das cidades portuguesas do continente ao longo dos três séculos anteriores. É o momento em que a posição primacial de Lisboa em relação a todos os outros centros urbanos nacionais é mais intensa, expressando-se num valor de inclinação da recta de regressão do escalonamento urbano superior a -1 . O fortalecimento da posição de Lisboa como maior cidade e com uma relação primacial com o sistema urbano foi fruto dos factores de crescimento que Paul Bairoch identificou para caracterizar a expansão das maiores cidades durante este período: o reforço do poder e da actividade executiva do Estado ou a expansão do comércio internacional. Esta junção dos dois factores que alimentaram o crescimento urbano entre o século XVI e o século XVIII e que explicam o surto de Londres ou de Amsterdão, de Paris ou de Madrid, foi particularmente multiplicadora no caso de Lisboa, cabeça de um pequeno reino, mas inserida numa ampla teia de relações comerciais de horizonte atlântico. Mesmo que a sua função integradora dos movimentos de homens ou de bens no território metropolitano pudesse ser mais débil do que a sua dimensão atribuiria a uma posição de lugar central — e como tal estivesse destituída dos efeitos geradores de prosperidade que Wrigley em artigo clássico atribuiu a Londres pela mesma época⁷² —, a rede atlântica de tráficos, a sua centralidade no fluxo de rendas ou o peso da capitalidade geravam uma enorme dimensão da sua população face ao resto da pirâmide urbana.

⁷¹ M. Ferreira, *ob. cit.*, e Luís Baptista, *art. cit.*, apresentam uma visão diferente do que foi o crescimento demográfico de Lisboa durante este período, acentuando muito mais a concentração de população na capital como característica de toda a época.

⁷² E. A. Wrigley, «A simple model of London's importance in changing English society and economy», in *Past and Present*, 1967, mais tarde reproduzido in P. Abrams e E. A. Wrigley (eds.), *Towns in Societies. Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978, pp. 215-243. O artigo clássico de contraposição entre cidades parasitas e cidades geradoras de riqueza é de B. F. Hoselitz, «Generative and parasitic cities», in *Economic Development and Cultural Change*, 1954-1955, 3, pp. 278-294. Uma análise simétrica da de Wrigley sobre os efeitos das metrópoles na economia dos países a que pertencem é constituída pelo livro de D. Ringrose sobre Madrid (D. Ringrose, *Madrid y la Economía Española, 1560-1850*, Madrid, Alianza, 1985).

5. FACTORES DE TRANSFORMAÇÃO DA REDE URBANA: ALGUMAS NOTAS FINAIS

O período que medeia entre 1801 e 1940 é um período de alterações tendentes a um novo equilíbrio do sistema urbano que já se entrevê nesta última data, mas cuja estruturação só provavelmente estará consumada nos anos 60-80⁷³. Foram descortinadas várias dessas alterações — crescimento do Porto, fraco acréscimo da população das cidades intermédias —, que se repercutiram nas estatísticas e na forma das distribuições entre 1864 e 1911: mudança de uma distribuição côncava, típica das distribuições macrocéfalas, para uma distribuição convexo-côncava; redução do declive da recta de regressão. É também um período de mais intensa substituição de centros urbanos entre os que ocupavam os primeiros lugares na rede urbana portuguesa. O cálculo de coeficientes de correlação de Spearman entre a ordem ocupada pelos centros urbanos que nos diferentes momentos estiveram nos quinze primeiros lugares entre 1801 e 1940 destaca as mais fracas correlações existentes entre 1801 e os outros quatro anos, enquanto existe uma maior homogeneidade nos coeficientes de correlação ordinal entre os restantes anos (quadro n.º 7). Entre 1801 e 1940 seis dos centros urbanos que ocupavam os quinze primeiros lugares foram substituídos por outros.

Coefficientes de correlação de Spearman entre a ordem dos quinze maiores centros urbanos em diferentes anos

[QUADRO N.º 7]

Anos	1801	1864	1890	1911
1864	0,705	—	—	—
. . .	*0,651			
1890	**0,460	0,947	—	—
. . .	***0,565			
1911				

Notas.— Níveis de significância inferiores a 0,001, com excepção de * (0,003), ** (0,048) e *** (0,013).

⁷³ Teresa Salgueiro observou as distribuições do escalonamento urbano entre 1527 e 1981, embora sem desenvolver uma análise estatística das suas características e com diferenças na distribuição para o ano de 1801, decorrentes da estimativa que efectuei sobre a população aglomerada. Na única estatística que apresenta assinala que o coeficiente de determinação em 1801 era de 0,95, o que traduz um elevado ajustamento da distribuição das cidades à recta de regressão, revelador de uma hierarquização que não era visível nos anos que aqui tratei. Por outro lado, a distribuição das cidades para 1981, que apresenta na figura n.º 2.7 (T. Salgueiro, *ob. cit.*, p. 78), sugere um declive da recta de regressão muito mais próximo de -1. Cf. também A. B. Nunes, «Portuguese urban system», p. 20, e os valores do declive da recta de regressão para as distribuições de escalonamento urbano com base em aglomerados com mais de 10 000 habitantes.

Jorge Gaspar destacou a grande inércia da rede urbana portuguesa⁷⁴. Esta é uma conclusão insofismável quando se olha para a distribuição das cidades pelo território ou para as localidades que ocupam os primeiros lugares quanto à população residente. No entanto, mudanças existem, adaptações efectuam-se, cuja relevância importa destacar. O período decorrido entre 1801 e 1940 parece ser exemplo dessas adaptações a diferentes circunstâncias de crescimento demográfico e mobilidade da população, de alterações nas redes de tráfego internacional, nos sistemas de transporte ou na distribuição das actividades económicas.

Destaque-se, em primeiro lugar, o forte impacto do período conturbado da primeira metade do século XIX na capacidade de crescimento da capital. As principais razões são conhecidas. Apenas duas notas finais quanto a este ponto. Uma para assinalar que, do ponto de vista demográfico, as dificuldades continuam ainda ao longo dos anos 50 do século passado⁷⁵. Outra para acentuar a conclusão que Maria de Fátima Bonifácio adiantara sobre o impacto diferencial em Lisboa e no Porto da conjuntura de crise das décadas iniciais do século passado, caracterizada pela quebra dos laços coloniais com o Brasil. Se o crescimento demográfico de Lisboa testemunha alguma coisa, é o de uma cidade fortemente marcada pela recessão e pela quebra de oportunidades que exercessem uma força de atracção sobre os emigrantes necessários ao acréscimo da sua população.

Um segundo factor vai ser responsável pelos contornos da urbanização em Portugal, tendo efeitos ainda difíceis de avaliar na forma assumida pela hierarquia urbana. Trata-se da forte emigração, particularmente vincada a partir dos anos 90 do século XIX e dificultando a capacidade de crescimento da rede urbana portuguesa, sobretudo dos centros de média dimensão, num país em que a *step-wise migration* seria porventura fraca.

Em terceiro lugar, a construção da rede ferroviária na segunda metade do século XIX, favorecendo a centralidade da capital, teria influenciado a distribuição da população pela rede urbana, auxiliando particularmente a recuperação demográfica de Lisboa. Recorde-se que, com excepção da linha do Oeste e das linhas suburbanas de Sintra e Cascais, em 1864 estavam construídas as linhas de caminhos de ferro que saem da capital⁷⁶. Para além

⁷⁴ J. Gaspar, *ob. cit.*, pp. 104-105.

⁷⁵ O estudo desenvolvido por Teresa Rodrigues sobre a evolução da mortalidade em Lisboa destaca as dificuldades ainda existentes ao longo da década de 50 do século passado na demografia da capital (T. Rodrigues, *Viver e Morrer...*, cit., pp. 245-286). Mesmo nas décadas que se seguem — embora sem os níveis de mortalidade evidenciados antes — Lisboa continua a ser afectada por crises de sobremortalidade.

⁷⁶ O mapa da figura n.º 9 do estudo de Maria Fernanda Alegria já citado evidencia esta precocidade na construção das ligações ferroviárias a Lisboa (Maria Fernanda Alegria, *ob. cit.*, p. 113).

de centro do poder político, maior cidade portuguesa e principal porto, o projecto claramente assumido pelos governos da época de colocarem Lisboa como o porto por excelência da Península Ibérica ajuda a compreender esta precocidade relativa nas iniciativas ferroviárias que partem da capital. A rede de transporte marítimo, especialmente o de longo curso — onde a capital já tinha uma importância superior à de qualquer outro porto em meados do século XIX —, assistiu a uma esmagadora concentração do tráfego na cidade, com maior destaque no período que medeia entre 1877-1891⁷⁷. O tráfego de cabotagem acentua também a sua concentração na capital a partir da segunda metade do século XIX, mas aqui o movimento não é tão intenso quanto o que se processou no longo curso⁷⁸.

Por último, não se vislumbram eventuais reflexos na hierarquia urbana de alterações na distribuição administrativa do poder. As reformas administrativas que se sucederam ao longo do liberalismo português, a criação dos distritos, com as respectivas capitais, não se traduziram numa modificação da hierarquia urbana, ao contrário do que é defendido por Jorge Gaspar e Chris Jensen-Butler, que assumem que neles se baseou o novo sistema urbano após 1836, pois «as capitais de distrito receberam importantes funções administrativas, formando a base para o planeamento das redes de infra-estruturas»⁷⁹.

Esta conclusão não pode ser confirmada quando se analisa o crescimento da população urbana ao longo do século XIX e o seu reflexo na hierarquização do sistema urbano. As cidades que se tornam capitais de distrito não parecem trazer daí qualquer importante função de centralidade que lhes permita drenar mais população do que outros centros urbanos. Em termos agregados, a evolução dos centros urbanos entre 1801 e 1911 foi claramente desfavorável às quinze capitais de distrito resultantes da carta de lei de 25 de Abril de 1835, que pôs fim à divisão administrativa de Mouzinho da Silveira e substituiu as províncias por distritos⁸⁰. Alguns dos mais espectaculares exemplos de crescimento demográfico são protagonizados por cida-

⁷⁷ As informações são uma vez mais provenientes do livro que Maria Fernanda Alegria dedicou ao estudo dos transportes (*ob. cit.*, pp. 184-185, com particular realce para a representação do ordenamento dos diferentes portos quanto à sua dimensão na figura n.º 30, p. 185).

⁷⁸ *Ibid.*, principalmente a figura n.º 26 (p. 179), onde os dados são representados através do *rank-size* dos portos do continente, mas também as pp. 180-181. A síntese sobre este movimento de concentração do movimento portuário pode ser encontrada nas pp. 203-205.

⁷⁹ Jorge Gaspar e Chris Jensen-Butler, «Social, economic and cultural transformations in the Portuguese urban system», in *International Journal of Urban and Regional Research*, 1992, 16, 3, p. 445.

⁸⁰ António Pedro Manique, *Mouzinho da Silveira: Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Horizonte, 1989, p. 155. Foram criados 17 distritos administrativos, cujos contornos se mantêm praticamente idênticos até aos nossos dias, com excepção de duas alterações. Lisboa e Porto foram afastadas destes cálculos devido às suas características específicas, que não foram modificadas pela nova arquitectura administrativa a partir de 1936.

des que não eram capitais de distrito, como os casos de Setúbal (apenas se tornou capital do distrito com o mesmo nome a partir de 1926) ou Covilhã, com um forte acréscimo dos seus habitantes entre 1864 e 1890. As capitais de distrito cresceram 51% ao longo destes 110 anos, contra os 95% atingidos pelos outros centros urbanos que no início do século xx tinham alcançado os 5000 habitantes, com excepção de Lisboa e Porto⁸¹. Capitais de distrito como Aveiro, Portalegre ou Vila Real têm um processo de crescimento que se destaca — particularmente a primeira —, mas constituem excepções ao fraco aumento do número de habitantes nas localidades que se tornam sedes distritais a partir de 1835, algumas das quais tardam em atingir o limiar dos 5000 residentes⁸². As repercussões na hierarquia do sistema urbano quanto à dimensão são também pouco positivas. Em quinze capitais de distrito (mais uma vez exceptuando os casos de Lisboa e do Porto), dez pioraram a sua posição no escalonamento dos centros urbanos entre 1801 e 1911, uma manteve o lugar que ocupava e apenas quatro melhoraram a sua classificação. Entre estas destaca-se uma vez mais o caso de Aveiro, que passou da 26.^a para a 15.^a posição⁸³. É, porém, duvidoso que esse aumento do peso demográfico de Aveiro se deva sobretudo à concentração de funções administrativas, sendo porventura mais relevante o impacto económico de actividades como a construção naval e a indústria.

Daí que possa concluir-se que ao longo do século XIX o sistema urbano português tenha sido praticamente insensível aos efeitos da reforma administrativa liberal na redistribuição territorial do poder, ao contrário do que sucedera em França após a modificação napoleónica do mosaico administrativo, em que a criação dos *départements* e a redistribuição do poder administrativo que se sucedeu possibilitaram que as cidades médias de província assumissem uma maior importância no sistema urbano⁸⁴. Em Portugal era notória a dificuldade na afirmação de cidades provinciais com uma forte capacidade de polarização das correntes migratórias ao longo do Antigo Regime. O perfil da distribuição das cidades por ordem e dimensão da sua população em 1801 expressa esta ausência de capitais provinciais, com excepção da cidade do Porto. A evolução oitocentista não vai modificar esta situação. Aumenta

⁸¹ Lisboa aumentou 124% a sua população e o Porto atingiu uma taxa de variação de 349%.

⁸² Em 1911 Leiria e Guarda ainda não tinham alcançado os 5000 habitantes, enquanto outras capitais de distrito, como Bragança, Castelo Branco, Santarém ou Vila Real, apenas ultrapassavam este número em um ou dois milhares.

⁸³ As outras capitais de distrito que melhoraram a sua classificação foram Évora (8.^o para 6.^o lugar), Faro (13.^o para 10.^o lugar) e Portalegre (20.^o para 16.^o lugar).

⁸⁴ B. Lepetit, *ob. cit.*, pp. 188-192 e também cap. vi, bem como «Patterns of settlement and political changes: the French revolution and the national urban hierarchy», in A. van der Woude et al. (eds.), *Urbanization in History: A Process of Dynamic Interactions*, Oxford, Clarendon Press, 1990, pp. 74-83.

o número de cidades de média dimensão (entre 10 000 e 40 000 habitantes) durante o período que medeia entre 1864 e 1890, mas sem concentração de população nos centros urbanos que já faziam parte desta classe⁸⁵. O traçado convexo-côncavo assumido pela distribuição *rank-size* a partir de 1864 é um sinal desta incapacidade de forte polarização das correntes migratórias por parte dos centros urbanos portugueses, com exceção de Lisboa e do Porto. Não é este o momento para discutir aprofundadamente esta questão, mas uma reforma administrativa cujas unidades intermédias eram porventura demasiado limitadas simultaneamente nos domínios do território que abrangiam e das competências de que dispunham dificilmente poderia transformar a organização do poder a-regional que tinha sido característica do Antigo Regime⁸⁶.

⁸⁵ Por outro lado, das quatro novas entradas, apenas uma (Évora, que tinha passado de cerca de 9600 para quase 14 000 habitantes entre 1864 e 1890) era uma capital de distrito, o que mais uma vez destaca a pouca plausibilidade da tese de Jorge Gaspar e Chris Jensen-Butler há pouco apresentada.

⁸⁶ Sobre a inexistência de uma dimensão regional na estruturação administrativa do Antigo Regime, v. Joaquim Romero de Magalhães, «As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa do Antigo Regime: os concelhos», in *Notas Económicas*, 1994, 4, e Nuno Monteiro, «O central, o local e o inexistente regional», in César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 79 e segs.